




INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

PLANO DE ATIVIDADES E
ORÇAMENTO ANO 2013

FUTURLAGOS - ENTIDADE EMPRESARIAL
MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO,
E.E.M.



1. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto nos artigos 25.º e 26.º dos Estatutos da FUTURLAGOS, Entidade Empresarial Municipal para o Desenvolvimento, E.E.M., e dos artigos 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto de 2012, que aprova o regime jurídico do setor empresarial local, vem o Conselho de Administração desta entidade empresarial submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Lagos, único detentor do seu Capital Social, os instrumentos de gestão previsional da FUTURLAGOS, EEM 2013.

Assim, os instrumentos de gestão previsional agora apresentados refletem a prossecução da atividade da empresa, de acordo com o seu objeto social e respetivas atribuições e que se concretiza essencialmente na prossecução das orientações estratégicas emanadas pela Câmara Municipal de Lagos.

De acordo com a Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, a Futurlagos, EEM, dado que não cumpre todos os requisitos do artigo 62.º, aplicável “ex vi” do artigo 70.º, terá, até fevereiro do próximo ano, que deliberar e proceder à conformação da empresa à lei citada, o que pode acontecer seja pela dissolução e respetiva internalização integral da empresa na entidade participante, ou através de outra medida prevista nos artigos 63.º e ss do mesmo diploma legal.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

Não obstante, o presente orçamento e plano que se apresenta, foi elaborado no pressuposto de que nada irá ser alterado, pois não havendo decisão final do acionista / entidade participante, entendeu-se que se deviam programar todas as atividades existentes na Futurlagos para o ano de 2013 e que, logo no primeiro trimestre, com a obrigatoriedade da decisão de fundo relativamente à empresa, este documento agora elaborado servirá de base para a operacionalização da decisão ao abrigo da já supracitada lei.



[Handwritten signature]

2. PLANO DE ATIVIDADES

A FUTURLAGOS, E.E.M. desenvolve a sua atividade na prossecução das orientações estratégicas emanadas pela Câmara Municipal de Lagos.

Assim, a sistemática adotada no plano de atividades agora submetido à tutela passa por descrever sumariamente as atividades que se pretendem levar a cabo em cada uma das orientações estratégicas a cargo da FUTURLAGOS, E.E.M., dando nota da sua previsível evolução.



2.1 ÁREAS DE INTERVENÇÃO

2.1.1 EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO SÉC. XXI



Na fase de utilização dos “Paços do Concelho Séc. XXI”, a FUTURLAGOS, E.E.M. continuará a ter a seu cargo a gestão do parque de estacionamento existente no edifício.

Por questões que se prendem com a eficiência na gestão contratual e atendendo ao facto da Câmara Municipal ser a entidade que ocupa o edifício, esta entidade passa a assumir a ligação com a Neofutur, S.A., no âmbito da verificação efetiva e controlo das obrigações contratualmente assumidas relativas à manutenção do edifício.

P
ful
Ch

2.1.2. PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA (PUMP)



Continuando o trabalho desenvolvido durante os anos anteriores, a FUTURLAGOS, E.E.M. irá prosseguir nas tarefas que lhe foram cometidas pelo Município de Lagos, através de contrato programa celebrado para o efeito.



P
Paul
Sf

Desta forma, o trabalho reparte-se essencialmente em duas grandes áreas:

- 1) Execução de infra estruturas, equipamentos e espaços verdes e;
- 2) Gestão do fundo de compensação e componente perequativa do PUMP.

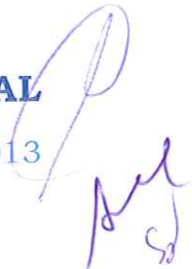
Relativamente à componente de gestão do fundo de compensação dos proprietários da área do PUMP, prevê-se que se possa promover o contacto junto dos proprietários, para estimular a execução efetiva das unidades operativas cuja execução se coadune com o investimento efetuado pela FUTURLAGOS, E.E.M., atendendo ao investimento efetuado.

Estão neste elenco, as UOPG 7, 9, 10 e 11.

Paralelamente, a FUTURLAGOS, E.E.M. irá proceder ao acompanhamento das iniciativas levadas a cabo pelos promotores da UOPG 13, acompanhando a execução do Plano de Pormenor, e dos promotores das UOPG 11 e 3, acompanhando o seu desenvolvimento, seja através de Plano de Pormenor, seja através de operação de reparcelamento.

Igualmente, acompanhará as pretensões de todos os proprietários e encaminhará, quando houver massa crítica interna (dentro de cada UOPG) para a Câmara Municipal de Lagos, para que se possa proceder à execução de Planos de Pormenor, sempre que seja esse o entendimento da câmara municipal.





Atendendo à atual conjuntura económico-financeira, é expectável que o investimento privado continue em ritmo de forte abrandamento, o que condiciona toda a execução do PUMP, nas áreas que estão a cargo da Futurlagos.

Com efeito, de acordo com o regime perequativo previsto no PUMP, o investimento privado antecede e suporta 2/3 do investimento público, sendo que a componente a cargo do Município refere-se às componentes de espaços verdes e equipamentos.

Ora, este tipo de investimento apenas é necessário quando existir população instalada que o justifique, facto que fundamenta a sua execução apenas na 2ª fase da execução do projeto.

Assim sendo, a tarefa da Futurlagos passará por reunir com os proprietários das referidas UOPG, tentando que estes possam avançar com o seu investimento e em função desse investimento, avançar com a execução das obras necessárias.

Paralelamente, continuarão a ser executados os contratos já celebrados, podendo eventualmente operar-se uma recalendarização dos investimentos, e nesse âmbito, realce particular para a execução dos troços em falta da V10 (estrada da Meia Praia).

Proceder-se-á à execução das infra estruturas essenciais, numa ótica de curto prazo e atendendo às necessidades mais prementes, estando neste rol a conclusão da V19 e a conclusão da drenagem de águas pluviais das vias 8 e 9.



P
fe
6

2.1.3. SISTEMA DE TRANSPORTS PÚBLICOS DE LAGOS “A ONDA”



Esta orientação estratégica foi emanada pela Câmara Municipal de Lagos à FUTURLAGOS, E.E.M. e contratualizada, por contrato de gestão, assinado a 12 de junho de 2008.

No âmbito deste contrato, cabe à FUTURLAGOS, E.E.M., assegurar a exploração dos transportes públicos rodoviários de Lagos.



No prosseguimento da atividade efetuada em 2012, de implementação das soluções preconizadas no estudo elaborado para a reorganização do serviço, visando o aumento da produtividade do serviço, sem deixar de atender ao caráter indispensável de contribuir de forma efetiva para a coesão territorial e social do município, proceder-se-á à monitorização dos seus efeitos, podendo efetuar-se os ajustes considerados necessários.

A aquisição de novos abrigos de passageiros e a melhoria da informação a disponibilizar aos utentes, de forma a tornar o serviço mais cómodo e eficiente apenas será levada por diante caso o IMTT desbloqueie o processo de assinatura do contrato-programa já aprovado mas ainda não assinado.

Atendendo ao valor da inflação verificado no setor dos transportes (que de acordo com os últimos dados do INE estava em 6,6% (dados de agosto). e dado que este valor tem vindo a crescer, foi considerado um montante de 7% - valor médio para todo o ano, tanto na ótica dos custos (contratos com Translagos), quer na ótica dos recebimentos (contrato de gestão com Município de Lagos).



[Handwritten signature]

2.1.4. PARQUES DE ESTACIONAMENTO



No âmbito da exploração dos parques, e após estudo e análise das hipóteses para a exploração, entendeu-se que esta devia ser assumida diretamente pela Futurlagos.

Para tanto, a Futurlagos selecionou, durante o ano de 2012, prestadores de serviço para o efeito, agregando igualmente a zona de estacionamento de duração limitada, de acordo com o Regulamento aprovado durante o ano de 2010 e cuja gestão conjunta foi cometida à Futurlagos através da assinatura de Contrato-programa para o efeito, aprovado pela Reunião de Câmara de 17 de março de 2010.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

O objetivo da exploração passa por obter o melhor resultado possível face aos custos com o investimento, assumindo a câmara os custos com o contrato de arrendamento do parque do Anel Verde / Praça d'Armas, em virtude do caráter eminentemente social deste parque, com muito pouca rentabilidade económica.

Relativamente a este parque, serão procuradas parcerias com as agremiações culturais, recreativas e desportivas da cidade, a preços reduzidos, de forma a permitir a manutenção destas atividades no Centro Histórico.

Igualmente, serão procurados serviços complementares que tornem o parque mais atrativo ao utente, como por exemplo serviços de lavagens automóveis, pequenos concertos, etc.

Relativamente à cobertura e piso O tentar-se-á calendarizar um conjunto de atividades comerciais e lúdicas, tais como pequenos mercados, feiras e exposições, etc., de molde a criar-se animação na zona, rentabilizar-se o equipamento e criar mais procura no parque.





Paralelamente e relativamente ao parque de estacionamento da “Frente Ribeirinha”, a FUTURLAGOS continuará a desenvolver a empreitada relativa à construção da “Esplanada do Infante” e o subsequente concurso com vista à concessão dos 3 estabelecimentos de bebidas.

Durante o ano de 2013 irá iniciar-se a exploração económica da “Esplanada do Infante”, que consiste na existência, numa plataforma de 6000 m², de quatro estabelecimentos de bebidas associados a pequenos equipamentos culturais e um posto de comércio para outra atividade, situados numa zona nobre da cidade, com acesso fácil a turista, o que pode transformar esses equipamentos culturais numa pequena mostra do concelho e da cidade.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013



ANEXOS



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

PPI - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2013

CONTA		2013	2014	2015	2016
432	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
	GERAL	22.500,00 €	22.500,00 €	22.500,00 €	22.500,00 €
	<i>Equipamento Básico</i>	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €
	ONDA	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €
433	Postaletes / Abrigos	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €
	<i>Equipamento Administrativo</i>	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €
	ONDA	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €
435	Equipamento Informático	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €
435	Geral	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €
435	Mobiliário	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
435	Equipamento Informático	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €
	EM CURSO	3.832.793,29 €			
	PUMP (Operacionalização)	2.659.309,35 €			
453	Estudo e Projetos	141.643,50 €			
453	Terrenos e Outras Construções	2.434.332,85 €			
453	Infra estruturas do Plano	83.333,00 €			
433	Equipamentos Diversos	1.173.483,94 €			
	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	80.000,00 €			
453	Trabalhos de Alterações e Adaptação Parques	1.093.483,94 €			
453	Espanada do Infante (Frente Ribeirinha)				
	Total do Investimento	3.855.293,29 €	22.500,00 €	22.500,00 €	22.500,00 €
	IVA	37.753,01 €	5.175,00 €	5.175,00 €	5.175,00 €
	Valores a crédito a fornec. de Imobilizado	3.893.046,30 €	27.675,00 €	27.675,00 €	27.675,00 €
	Prazo médio de pagamento 30 dias	324.420,52 €	2.306,25 €	2.306,25 €	2.306,25 €
	Pagamentos a Fornecedores de Imobilizado	3.568.625,77 €	25.368,75 €	25.368,75 €	25.368,75 €



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

ORÇAMENTO ANUAL - DEPRECIACÕES - ORÇAMENTO DE 2013

	Amortizações Bens Adquiridos em Exercício Anterior	Bens a Adquirir em 2013	Taxa de Depreciação	Depreciações de Bens Adquirir em 2013	Depreciações do Exercício
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Edifício e Outras Construções	699.157,44 €	22.500,00 €		2.312,50 €	696.753,68 €
Terrenos e Outras Construções	564.113,81 €		5,00%		564.113,71 €
Equipamento Básico	89.925,35 €	20.000,00 €	10,00%	2.000,00 €	89.925,35 €
Equipamento Informático	37.644,82 €		33,33%		39.644,82 €
Equipamento Administrativo/Mobiliário	661,18 €	2.500,00 €	12,50%	312,50 €	204,08 €
Outras Imobilizações Corpóreas	5.348,11 €		12,50%		1.953,45 €
Imobilizações Corpóreas em Curso	1.464,17 €		12,50%		912,27 €
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Despesas de Invest e Desenvolvimento					
Propriedade Industrial e Outros Direitos					
DIREITO DE SUPERFÍCIE					
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO		3.832.793,29 €			
TOTAIS GERAIS		3.855.293,29 €		2.312,50 €	696.753,68 €
Amortizações do Exercício	699.157,34 €				696.753,68 €
Amortizações Acumuladas	885.441,14 €				1.584.598,48 €



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

GASTOS COM O PESSOAL - ORÇAMENTO DE 2013

GASTOS COM O PESSOAL	2013
Remunerações	179.513,76 €
Órgãos Sociais	28.798,20 €
Administradores	28.798,20 €
Pessoal	150.715,56 €
Técnicos	85.140,24 €
Administrativos	65.575,32 €
Outros Abonos	19.411,68 €
Subsídio de Alimentação	13.527,36 €
Subsídio de Representação	5.884,32 €
Encargos Sociais	40.989,65 €
Segurança Social - Órgãos Sociais	7.040,55 €
Segurança Social - Pessoal	18.904,54 €
Caixa Geral Aposentações- Pessoal	15.044,56 €
Seguros	3.000,00 €
Seguro de Acidentes de Trabalho	2.500,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	500,00 €
Outros Custos com Pessoal	6.500,00 €
Segurança e Higiene no Trabalho	2.500,00 €
Compensação ADSE	1.000,00 €
Formação Profissional	3.000,00 €
Total de Custos com Pessoal	249.415,09 €



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013



GASTOS DE FUNCIONAMENTO - ORÇAMENTO DE 2013

CONTAS		2013
	Fornecimentos e Serviços Externos	
621	Subcontratos	1.940.416,79 €
	ONDA	1.533.362,86 €
	Contrato "Translagos"	1.441.085,36 €
	Atualização do Contrato(revisão de preços)	60.000,00 €
	Estudos e Projetos	32.277,50 €
	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	392.053,93 €
	Estudos e Projetos	56.421,69 €
	Exploração Parques Estacionamento + ZEDL	335.632,24 €
	A.R.U.	15.000,00 €
	Estudos e Projetos	15.000,00 €
	Fornecimentos e Serviços Externos	1.602.042,88 €
6241	Eletricidade	38.017,25 €
6242	Combustíveis	1.000,00 €
6243	Água	2.800,00 €
6231	Ferramentas e Utensílios	1.000,00 €
6232	Livros e Documentação Técnica	500,00 €
6233	Material de Escritório	8.000,00 €
6261	Rendas e Aluguers	1.228.841,23 €
	Aluguers de Equipamentos	16.114,91 €
	Rendas Parque Frente Ribeirinha	892.726,32 €
	Renda IPTM (Frente Ribeirinha)	320.000,00 €
	Gestão do Edifício Multifuncional Paços do Concelho	
	Manutenção	
	Renda Edifício	
	Renda Parque	
6266	Despesas de Representação	1.000,00 €
6262	Comunicação	4.000,00 €
6263	Seguros (Recheio e Outros)	1.000,00 €
6251	Deslocações e Estadas	1.500,00 €
6221	Serviços Prestados por Terceiros	18.434,40 €
	Serviços de Contabilidade e Assessoria	7.200,00 €
	Revisor Oficial de Contas	8.234,40 €
	Outros Prestadores de Serviços e Consultoria	3.000,00 €
6224	Honorários	84.200,00 €
	Consultoria Jurídica/outros	84.200,00 €
6265	Contencioso e Notariado	15.000,00 €
6226	Conservação e Reparação (geral e parques)	150.000,00 €
6222	Publicidade e Propaganda	3.000,00 €
6267	Limpeza Higiene e Conforto	30.500,00 €
6223	Vigilância e Segurança	5.250,00 €
6227	Serviços Bancários	500,00 €
6228/68	Outros Fornecimentos/ Serviços	6.500,00 €
	Outros Gastos e Perdas	1.000,00 €
6813	Taxas	500,00 €
688	Outros Gastos	500,00 €
	Total de Gastos de Funcionamento	3.542.459,67 €
	IVA	814.765,72 €
	Pagamento a Fornecedores	4.357.225,39 €
	Prazo Médio de Pagamento 30 dias	363.102,12 €
	Fornecedores C/C	3.994.123,28 €



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013



GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO -ORÇAMENTO 2013

	2013
<u>Gastos e Perdas de Financiamento</u>	-
Leasing Mobiliário Parcómetros	7.200,00 €
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	20.000,00 €
Encargos Edifício Multifuncional	1.100.000,00 €
Total de Gastos de Financiamento	1.127.200,00 €



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

VALORES A RECEBER - ORÇAMENTO 2013

	Nota	2013
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
ONDA		1.616.073,84 €
Publicidade	71	5.000,00 €
Títulos de Transporte	72	488.634,66 €
Devoluções das Receitas à CML	75	-415.339,46 €
Verba destinada à Exploração (1.630.045,36 c/Iva)	75	1.537.778,64 €
PARQUES DE ESTACIONAMENTO		1.356.730,00 €
Concessão dos Módulos Frente Ribeirinha		481.250,00
Receitas Exploração dos Parques Estacionamento + ZEDL	72	875.480,00
EDIFÍCIO MULTIFUNCIONAL		1.460.400,00
Despesas correntes (subsídio à exploração) c/ IVA	75	740.400,00
Despesas correntes (subsídio à exploração) Isento de IVA	75	501.600,00
Despesas de capital (subsídio ao investimento) IVA Isento	75	720.000,00
Fundo Jessica		1.050.000,00
Incentivos QREN	78	854.425,00
Programa Intervenção Turismo (PIT)		294.891,65
VERBA A RECEBER NO ÂMBITO DA PEREQUAÇÃO DO PUMP		2.837.937,07 €
UOPG3		481.389,62 €
Verbas em Numerário		481.389,62 €
UOPG11		123.049,96 €
Verbas em Numerário		123.049,96 €
UOPG12		2.024.695,39 €
Valor vencido		2.024.695,39 €
UOPG13		208.802,10 €
Verbas em Numerário	74	208.802,10 €
Total de Recebimentos		9.470.457,56 €
IVA		2.178.205,24€
Total		11.648.662,80€



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

Handwritten signature and initials

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA - ORÇAMENTO DE 2013
--

RENDIMENTOS E GASTOS	2013
Vendas e Serviços Prestados	1.176.813
Subsídios à Exploração	2.882.456
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	
Variação nos inventários de produção	208.802
Trabalhos para a própria entidade	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
Fornecimentos e serviços externos	-3.541.460
Gastos com o pessoal	-249.415
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	
Provisões (aumentos/reversões)	
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	
Aumentos/Reduções de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	854.425
Outros gastos e perdas	-1.000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.330.622
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-696.754
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis(perdas e reversões)	
Resultado Operacional(antes de gastos, financiamento e impostos)	633.868
Juro e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	-1.127.200
Resultado antes de Impostos	-493.332
Imposto sobre o rendimento do período	
Resultado líquido do período	-493.332

Resultado das atividades descontinuadas (líquido de Impostos)	
Incluído no resultado líquido do período	

Resultado líquido do período atribuível a (2)	
Detentores do capital da empresa-mãe	
Interesses minoritários	
Resultado por ação básico	

1) – O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - ORÇAMENTO 2013

PERÍODO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Recebimentos de clientes	1.247.422
Pagamentos a fornecedores	-3.895.606
Pagamentos ao Pessoal	249.415
Caixa gerada pelas operações	-2.398.768
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-1.000
Outros recebimentos/Subsídios à Exploração	2.767.537
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	367.769
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-722.155
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	208.802
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
Subsídios ao investimento	720.000
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	206.647
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	
Juros e gastos similares	-1.127.200
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	-1.127.200
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-552.784
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	570.136
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.352



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

P
fer
9/1

BALANÇO PREVISIONAL - ORÇAMENTO 2013

BALANÇO PREVISIONAL - ORÇAMENTO 2013		2013
SNC	Ativo	
	ACTIVO NÃO CORRENTE	
43 /45	Ativos Fixos Tangíveis	21.574.781
42	Propriedades de Investimento	
44	Ativos Intangíveis	
	Ativos Biológicos	
41	Participações Financeiras - Equivalência Patrimonial	
41	Participações Financeiras - Outros Métodos	137.254
	Acionistas/Sócios	
	Outros Ativos Financeiros	
	Ativos por Impostos Diferidos	
		21.712.035
	ACTIVO CORRENTE	
	Inventários	
	Ativos Biológicos	
	Clientes	419.068
	Adiantamentos a Fornecedores	
24	Estado e Outros Entes Públicos	500.000
27	Outras Contas a Receber	12.500.000
28	Diferimentos	438.210
14	Ativos Financeiros Detidos para Negociação	
	Outros Ativos Financeiros	
	Ativos não Correntes Detidos para Venda	
11 /12	Caixa e Depósitos Bancários	17.352
		13.874.631
	<i>Total do Ativo</i>	35.586.665
SNC	Capital Próprio e Passivo	
	Capital Próprio	
51	Capital Realizado	4.919.624
52	Ações (Quotas) Próprias - Valor Nominal	
53	Outros Instrumentos de Capital Próprio	
54	Prêmios de Emissão	
55	Reservas Legais	9.032
	Outras Reservas	
56	Resultados Transitados	-751.566
	Ajustamentos em Ativos Financeiros	
	Excedentes de Revalorização	
	Reservas Legais	
	Reservas Estatutárias	
	Reservas Contratuais	
	Outras Reservas	
59	Outras Variações no Capital Próprio	9.473.954
		13.651.044
81	Resultados Líquidos do Exercício	-493.332
		13.157.712
	Interesses Minoritários	
	<i>Total do Capital Próprio</i>	13.157.712



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013

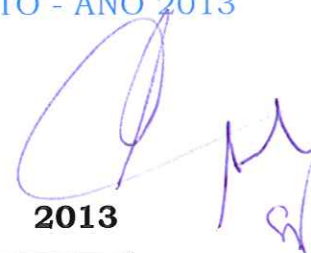
Handwritten signature and initials in blue ink.

	Passivo	
	PASSIVO NÃO CORRENTE	
	Provisões	
25	Financiamentos Obtidos	16.309.090
	Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	
	Passivo por Impostos Diferidos	
23 /27	Outras Contas a Pagar	
		16.309.090
	PASSIVO CORRENTE	
	Fornecedores	200.000
	Adiantamentos de Clientes	
	Estado e Outros Entes Públicos	12.000
	Acionistas/Sócios	
25	Financiamentos Obtidos	
23 /27	Outras Contas a Pagar	5.627.004
28	Diferimentos	280.860
	Passivos Financeiros Detidos para Negociação	
	Outros Passivos Financeiros	
	Passivos não Correntes Detidos para Venda	
		6.119.864
	<i>Total do Passivo</i>	22.428.954
	<i>Total dos Capitais Próprios e do Passivo</i>	35.586.666



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ORÇAMENTO - ANO 2013



Pressupostos Económicos e Financeiros

2013

Impostos		
Taxa de IRC		25,00%
Derrama		
		1,50%
Taxas de IVA		
Reduzida		6,00%
Intermédia		13,00%
Normal		23,00%
Pessoal		
Encargos com Segurança Social (Entidade Patronal - Órgãos Sociais)		20,30%
Encargos com Segurança Social (Entidade Patronal - Pessoal)		23,75%
Encargos com Segurança Social (Órgãos Sociais)		9,30%
Encargos com Segurança Social (Pessoal)		11,00%
Encargos com CGA (Entidade Patronal - Pessoal)		15,00%
Encargos com CGA (Pessoal)		11,00%
Taxa Média de Retenção na Fonte de IRS - Órgãos Sociais		23,00%
Taxa Média de Retenção na Fonte de IRS - Pessoal		8,00%
Taxa Média de Retenção para ADSE		1,50%
Taxa Média de Retenção para CCDTCML		1,00%
Prazos Médios de Pagamentos		
De Fornecimentos e Serviços Externos	meses	1
De Imobilizado	meses	1

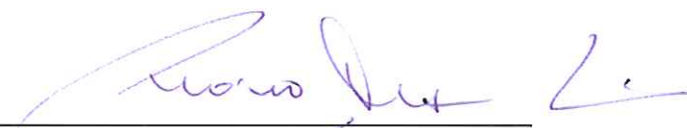


INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

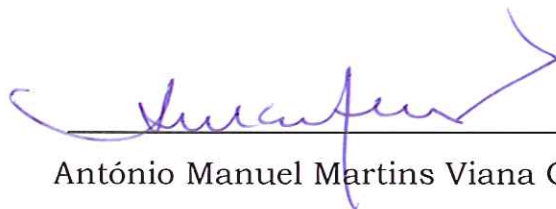
ORÇAMENTO - ANO 2013

Lagos, 30 de novembro de 2012

O Conselho de Administração



António Marreiros Gonçalves
(Presidente)



António Manuel Martins Viana Gil Leitão
(Administrador)



Susana Vieira
(Técnica Oficial de Contas)

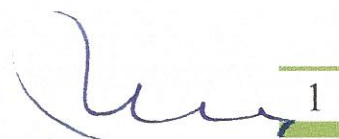


PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

FUTURLAGOS – Empresa Municipal para o Desenvolvimento, EEM
Exercício de 2013

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25º, número 6, alínea j), da Lei 50/2012, de 31 de Agosto e dos termos estatutários, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2013, da FUTURLAGOS, EEM, consistindo em: Plano de Atividades, PPI – Plano Plurianual de Investimento (e Ajustamentos), com o total de € 3 855 293, Demonstração de Resultados, que regista um saldo negativo de € 493 332, Balanço Previsional, com um total líquido de € 35 586 665, bem como a Demonstração de Fluxos de Caixa e os mapas de gastos com funcionamento e pessoal e, ainda, o mapa de valores a receber.



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Responsabilidades

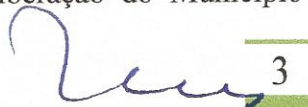
2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.
4. Neste enquadramento e tendo em conta o contrato programa, o Fiscal Único considera, também, cumpridas as suas obrigações de emissão de parecer consignadas em diferentes alíneas do número 6, do artº 25º da referida Lei 50/2012, relatando em três momentos diferentes a sua apreciação sobre os seguintes documentos:
 - ✓ Emissão de Parecer sobre os Orçamento e Plano de Atividades, data em que se avalia a estimativa dos Subsídios (alínea j)) e no relatório semestral em que se aprecia a situação económica e financeira da entidade, considerando nesse referencial os valores recebidos (alínea h), número 6, do artigo 25º, da mesma Lei 50/2012);
 - ✓ Na apreciação que faz das contas anuais em que, além da respetiva certificação, deverá analisar particularmente as contas com o Município (alínea k, número 6, do artigo 25º).
5. Assim, em termos orçamentais, os subsídios atribuídos pela Autarquia, foram calculados, como à frente se dirá, considerando: subsídios destinados a custear atividades não cobertas pelos preços recebidos dos utentes (caso dos transportes) e, no final de cada exercício, o Município deverá entregar o valor do resultado operacional (se negativo) acrescido dos encargos financeiros suportados.



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Âmbito

6. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional, contida nos instrumentos de gestão, está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
 - b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência;
 - c) em 03 de Outubro próximo passado foi emitido um parecer tendo por finalidade apreciar a aplicabilidade das normas imperativas sobre a continuidade ou a dissolução da FUTURLAGOS, tendo em conta a situação efetiva da Entidade, vista à luz dos artigos 62º e seguintes da Lei 50/2012, de 31 de Agosto. A opinião à data editada deverá estar presente ao ler este parecer;
 - d) com base no trabalho feito quando da emissão do parecer referido na alínea c) deverá entender-se como condição necessária, para a continuidade dos negócios sociais, a deliberação do Município sobre

 3

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

diversas áreas a internalizar na Câmara ou outras medidas que libertem a FUTURLAGOS de atividades que sejam substancialmente constituídas por prestação de serviços ao Município;

- e) não se poderá fazer uma leitura completa deste parecer, sem ter em conta o conteúdo do ponto 1 do relatório de atividades que acompanha o orçamento, elaborado pelo Conselho de Administração, no que fica patente a necessidade de o Município se pronunciar sobre as deliberações referidas na alínea d).
7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.
8. No relativo aos valores a receber por Contrato Programa, tiveram-se em conta duas realidades específicas:
- a) O contrato programa, referente aos transportes, que se consubstancia na cobrança da receita de bilheteira, no pagamento à transportadora dos valores contratados e no recebimento da autarquia da diferença entre o valor do Contrato Programa e o correspondente a oitenta e cinco por cento da receita de bilheteira. Do mesmo modo, também se mantêm como receitas de Contratos Programa os valores relativos ao edifício Século XXXI;
- b) Se o valor do resultado operacional, subtraído do montante dos encargos financeiros, for negativo, esse montante deve ser repostado pela Autarquia, sendo considerado como indemnização, enquanto os valores resultantes do Contratos Programa, se consideram um subsídio contratado.

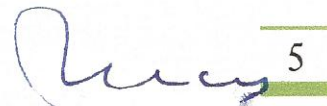
 4

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Parecer

9. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado, tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela empresa.

10. Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

 5

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Ênfases

11. Sem afetar a opinião acima transcrita, refira-se:
- 11.1 A pretensão de transferência para o Município de algumas áreas até agora na esfera da FUTURLAGOS, implícita no Plano de Atividades, reduz de modo significativo a atividade da EEM;
 - 11.2 No relativo ao orçamento do PUMP – Plano de Urbanização da Meia Praia, tendo em conta a retração relatada no Plano de Atividades, é expectável o registo de alguns atrasos significativos na receção dos valores a receber de particulares, facto que, só por si, pode justificar desvios significativos nos calendários de execução;
 - 11.3 O valor do Contrato Programa a suportar pela Autarquia, relativo aos transportes, foi reduzido e os valores dessas reduções estão em paralelo com a redução nos gastos com a transportadora;
 - 11.4 Nos dois parágrafos finais do ponto 1 do Plano de Atividades, o Órgão de Gestão afirma a obrigatoriedade de, no primeiro trimestre de 2012, se proceder, em sede de Município (entidade titular da FUTURLAGOS), à definição de futuro para a EEM. Este parecer deverá ser sempre lido nessa perspetiva.

Lisboa, 11 de Dezembro de 2012

O Fiscal Único



Moisés dos Santos Teixeira
Economista
Inscrito na OROC com o n.º 863